



difusão de idéias

Fundação Carlos Chagas • Difusão de Idéias • setembro/2007 • página 1

JOVENS: UMA LEITURA DE SUAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Maria Laura Puglisi Barbosa Franco

Texto apresentado no:

Congresso Educação e Democracia: Representações Sociais,
Práticas Educativas e Cidadania.

Universidade de Aveiro, 2 e 3 de maio de 2007



difusão de idéias

Fundação Carlos Chagas • Difusão de Idéias • setembro/2007 • página 2

Autora

Maria Laura Puglisi Barbosa Franco
Pesquisadora Sênior
Fundação Carlos Chagas

INTRODUÇÃO¹

O objeto de estudo deste trabalho recai na categoria JUVENTUDE e elege como elemento central de investigação o JOVEM.

Tendo o jovem como referência, a primeira indagação que se mostra pertinente diz respeito à concepção de jovem, ou seja, o que é ser jovem? Melhor dizendo, de que jovem estamos falando?

No intuito de responder a essas indagações, deparamo-nos com uma dificuldade já apontada por outros pesquisadores que se dedicam à mesma área.

A resposta a ser dada à pergunta “o que é ser jovem?”, está diretamente ligada à categoria juventude. Construir uma definição para esta categoria não é uma tarefa fácil, principalmente, porque, além de poder ser considerada um período de vida, seus critérios são históricos e sociais. Uma série de autores já se debruçou sobre o tema, trazendo importantes contribuições².

O QUE DIZ A HISTÓRIA?

Do ponto de vista histórico, como diz Hebe Signorini Gonçalves, o interesse pela juventude desponta de tempos em tempos e pode ser entendido a partir de duas visões principais.

“Na visão clássica, [a juventude] é entendida como uma categoria social gerada por tensões inerentes à crise do sistema” (GONÇALVES, 2005). Esta visão, acentua o conflito político, o engajamento do jovem nas lutas sociais e políticas, nos movimentos estudantis e

¹ Participaram desta pesquisa, nas fases de Coleta, Organização e Discussão dos dados, com suas respectivas e valiosas colaborações: **ANGELA MARIA INFANTE, MARCOS ANTÔNIO LUCCI, MARIA APARECIDA ANVERSA e MARLENE DOMINGOS ORTH**

² Dentre outros, destacam-se os artigos mais recentes, que compõem os livros: Retratos da Juventude Brasileira, Instituto Cidadania, Fundação Perseu Abramo (2003); Juventude e Sociedade, Instituto Cidadania, Fundação Perseu Abramo (2004), e a Revista de Sociologia da USP, Tempo Social, vol.17 (2005)



difusão de idéias

Fundação Carlos Chagas • Difusão de Idéias • setembro/2007 • página 3

a participação juvenil e coletiva em busca de um mundo melhor.

Os levantes populares, principalmente os ocorridos em meados do século passado, foram saudados como rupturas contra regimes opressivos e injustos e como pontos de partida para a construção de sociedades socialistas, em que as desigualdades seriam eliminadas. Em todos eles, os jovens tiveram papel de destaque, principalmente na Revolução Cubana (1959) e na dos Cravos (1974), em Portugal. No Brasil, foi expressiva a participação juvenil contra o Golpe do Regime Militar nos idos dos anos 60 e 70.

Paulatinamente, porém, as promessas de mudanças redentoras se tornaram falsas e a desilusão com a política foi se tornando mais acentuada. Essa desilusão e o enfraquecimento de movimentos populares mais consistentes provocaram significativas mudanças econômicas e sociais. Aos poucos, solidifica-se a globalização neoliberal, no bojo da qual, as fronteiras nacionais deixaram, cada vez mais, de ser barreiras às trocas comerciais e aos fluxos de capitais. Acentua-se a competição, o individualismo e a necessidade de empreendimentos personalizados e, muitas vezes, solitários.

Surge, então, a segunda visão relacionada à busca do que seria o motor propulsor dos jovens de hoje. Motor este, que, em princípio, os levaria a procurar caminhos individualistas, para o alcance de situações concretas mais adequadas às suas aspirações.

No entanto, fazendo um parêntese, diríamos que a atribuir a característica de individualista, somente ao jovem, pode ser considerada como uma postura fragmentada, falsa e preconceituosa, pois na verdade é parcial. Hoje, em maior ou menor proporção, todos nós somos individualistas. Melhor dizendo: o mundo moderno é individualista. Voltemos, porém, aos jovens e à bibliografia consultada.

De acordo com a literatura divulgada, os historiadores atribuem aos jovens do século XXI, uma postura individualista e personalizada, seja ela esperançosa frente ao futuro, seja pessimista.

Se, por um lado pesquisas demonstram que os jovens almejam “solidariedade, respeito às diferenças e igualdade de oportunidades” (Projeto Juventude, 2005), por outro lado, descrentes do poder público, acreditam e apostam basicamente no esforço pessoal para a obtenção de um nível de vida mais qualificado. Como diz Paul Singer, esta convicção, detectada junto a jovens brasileiros, está em sintonia com os valores dos jovens progressistas do mundo inteiro. (SINGER, 2005)

Embora participe, em grupo, de movimentos *punks* e até de protestos, nota-se que tais



difusão de idéias

Fundação Carlos Chagas • Difusão de Idéias • setembro/2007 • página 4

movimentos estão circunscritos a situações contextuais, personalizadas e, muitas vezes, incentivados pela *mídia*. Distanciam-se, pois, de movimentos contestadores mais amplos e vinculados à decepção e desagrado frente à situação política do País e suas desastrosas conseqüências. De modo geral e mesmo quando inconformados, aceitam o *status quo* como condição imutável, valorizam, idealisticamente, a escola e encaram a possibilidade de poder obter algo, somente à custa de muito esforço, coragem, inteligência ou, pelo menos, sorte. (FRANCO, 2004)

A partir dos meados do século passado, sem o contraponto do socialismo, as tendências liberalizantes adquirem renovada força. Na esteira dessa matriz, trata-se de construir, para os jovens, um modelo universalista de modernidade, de pós-modernidade e de modernização. As características históricas e culturais, assim como as características de personalidade tais como, individualismo competitivo, egocentrismo e auto referência, são teorizadas como elementos necessários para a vida na sociedade moderna. (FRANCO, 2002)

O QUE DIZEM OS INDICADORES DE FAIXA ETÁRIA?

Numa perspectiva mais específica e que se encaminha para a discussão do significado de jovens do ponto de vista social, há que se considerar, em primeiro lugar, que os mesmos estão inseridos em uma sociedade constituída por pessoas de diferentes faixas etárias. No que diz respeito à categoria jovem e por ocasião do Ano Internacional da Juventude, 1985, a Assembléia Geral da ONU, sem prejuízo de outros Estados membros, considerou como jovens as pessoas entre 15 e 24 anos.

Em 2000, a CEPAL reafirma a faixa etária definida, em 1985, e enfatiza que “o entorno etário escolhido é baseado em fundamentos apropriados, pois as entradas e saídas dessa fase coincidem com importantes períodos de transição no ciclo de vida. O limite inferior [15 anos] considera a idade em que já estão desenvolvidas as funções sexuais e reprodutivas, que diferenciam o adolescente da criança e repercutem na sua dinâmica física, biológica e psicológica. O limite superior [24 anos] diz respeito ao momento em que os indivíduos normalmente concluem o ciclo da educação formal, passam a fazer parte do mercado de trabalho e constituem suas próprias famílias, caracterizando assim, de forma simplificada, a transição para a fase adulta”. (CAMARANO, 2003)

Apontados os principais recortes que situam os jovens, do ponto de vista histórico, e delimitada, ainda que com restrições, a faixa etária dos mesmos, vamos agora, destacar um



difusão de idéias

Fundação Carlos Chagas • Difusão de Idéias • setembro/2007 • página 5

dos indicadores que tem sido vistos como elementos necessários para uma compreensão mais circunstanciada do que significa considerar jovem, enquanto categoria social.

Com isso, pretendemos abordar mais um dos aspectos que pode contribuir para o entendimento da complexa realidade que envolve os 34 milhões de brasileiros de 15 a 24 anos de idade, de acordo com o Censo de 2000.

SERIA A TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA?

Considerar o jovem como um sujeito social em transição para a vida adulta, não significa descartar a indispensável necessidade de concebê-lo na categoria de *ser* e, não apenas, de *vir a ser*. Percebê-los somente sob a ótica da transitoriedade de sua situação, dificulta enxergá-los como sujeitos de direitos e como agentes sociais com características próprias e peculiares de uma determinada faixa etária. Com isso, abandona-se a possibilidade de recuperar os elementos básicos que constituem suas identidades e, conseqüentemente, os jovens passam a ser concebidos pelo negativo, pela ausência, ou seja, não pelo *sendo*, mas pelo *que seriam*.

Apesar dessa lacuna, a mais comum³ das imagens sobre a juventude, parece ser mesmo a de uma fase de transição entre o mundo das crianças e o mundo dos adultos, entre a infância e a maturidade, com períodos intermediários que seriam a adolescência e a juventude. No entanto, é preciso levar em conta que a abordagem que considera os jovens apenas como sujeitos em transição, refere-se ao questionável *status* de estabilidade atribuído à vida adulta. Ou seja, a vida adulta apresenta-se como a condição, por excelência, que se quer alcançar, na medida em que passa a ser vista como a fase de vida assegurada pela estabilidade plena.

No entanto, como diz Marília Sposito, essa visão que se deixa pautar pela concepção de juventude como mera transição “decorre de uma compreensão da ordem social adulta como estática e rígida em oposição à pretensa instabilidade juvenil, fato que não se sustenta hoje, pois parte significativa do que denominamos condições contemporâneas da vida se inscrevem na insegurança, na turbulência e na transitoriedade” (SPOSITO, 2005). Assim, nem mesmo a vida adulta pode ser concebida como estável, homogênea e distante de incertezas.

³ Mais comum levando em conta que é a que se apresenta com maior freqüência nos textos que compõem a bibliografia disponível.



difusão de idéias

Fundação Carlos Chagas • Difusão de Idéias • setembro/2007 • página 6

Ela também é heterogênea.(op.cit.)

A essas palavras, gostaríamos de acrescentar que a heterogeneidade que se instala em cada grupo populacional (seja ele composto por jovens ou por adultos) está, necessariamente, associada às diferenças condicionadas pela sua posição social e de sua família, sua origem, raça e gênero.

Embora admitindo as críticas, concordamos com alguns autores quando dizem que optar por uma definição de juventude como fase de transição, pode ser útil não apenas para verificar como os processos de inserção social transformam-se no tempo e a partir de condições contextuais, mas também para identificar expectativas em relação a decisões a serem tomadas e escolhas a serem privilegiadas.

De acordo com Casal, “tomar a juventude como transição permite incorporar ao discurso dos jovens os conceitos de processo, transformação, temporalidade e historicidade. Desse modo, coloca-se em evidência que a realidade juvenil é determinada por processos de transição desiguais, [que produzem expectativas particulares e personalizadas] a partir de trajetórias diferenciadas que exercem papéis singulares sobre as diversas maneiras de ser jovem” (CASAL, 1998)

No mesmo compasso das posturas que atribuem à juventude um caráter de transitoriedade, deparamo-nos com as concepções⁴ sobre juventude marcadas pela ambigüidade.

Por um lado, mesmo quando considerados individualistas, como já discutimos, os jovens são também vistos, em muitos casos, como agentes propulsores de mudança, como indivíduos ativos, emergentes, desprovidos de preconceitos, comunicativos, amistosos, generosos e confiáveis. Por outro lado, são vistos pela ótica negativa dos problemas sociais, seja como protagonistas de uma crise de valores e de um conflito de gerações, seja como portadores de defeitos.

Sob este aspecto é importante ressaltar que os jovens, quando enfocados como “problema social”, ora de quem a sociedade tem que se proteger, ora a quem ela deve acolher, não entram na agenda das políticas públicas...”No Brasil, as demandas por políticas públicas de juventude permanecem como estados de coisas, precariamente resolvidos no âmbito de políticas destinadas a um público mais amplo – com o qual os jovens tem que competir pela espaço de entendimento –, sem chegar a se apresentar especificamente como problemas

⁴ Seja no contexto das posturas teóricas, seja nas representações elaboradas pela sociedade



difusão de idéias

Fundação Carlos Chagas • Difusão de Idéias • setembro/2007 • página 7

políticos” (RUA, 1998)

Enfim, qualquer que seja a definição de jovem encontrada, ela é sempre arbitrária.

Tal fato, no entanto, não tem sido considerado como um motivo suficiente para desestimular os competentes pesquisadores que se debruçam sobre a temática : juventude. Ao contrário, a literatura é vasta e a produção relevante e indispensável para o conhecimento, para a compreensão e para o aprofundamento teórico da temática mencionada.

Além disso, no decorrer do percurso efetuado no contexto da bibliografia consultada, deparamo-nos com várias sugestões referentes à necessidade de realização de pesquisas “qualitativas” para o enriquecimento da área.

Dentre outras razões, a insistência dessas sugestões reforçou nossa intenção inicial de contribuir, ainda que parcialmente, para o avanço do conhecimento sobre os jovens, mediante a realização de uma pesquisa empírica, cujas metas, dentre as alternativas possíveis para o estudo com jovens, prioriza a identificação de algumas de suas Representações Sociais.

PORQUE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

A escolha de se ter como escopo teórico as Representações Sociais é por serem elas elementos simbólicos que os indivíduos expressam mediante o uso de palavras e gestos. No caso do uso de palavras, utilizando-se da linguagem oral ou escrita, os indivíduos explicitam conhecimentos, opiniões, sentimentos conscientes ou inconscientes, emoções, crenças, valores, pensamentos absorvidos pela mídia e gestados no bojo de diferentes situações culturais e sociais, expectativas objetivas ou subjetivas....e assim por diante. Estas mensagens, mediadas pela linguagem, são construídas socialmente e, portanto, estão necessariamente, ancoradas no âmbito da situação concreta dos indivíduos que as emitem.

Ainda que a sua importância seja enfatizada em várias ocasiões, o estudo das Representações Sociais, não tem sido suficientemente enfatizado por parte dos educadores e tampouco pelos teóricos da psicologia tradicional, sob a falsa alegação de que “entre o que se diz” e “o que se faz” existe um abismo intransponível.

Quando falamos em Representações Sociais, partimos de outras premissas. Acreditamos que elas são elaborações mentais construídas socialmente, a partir da dinâmica que se estabelece entre a atividade psíquica do sujeito e o objeto do conhecimento, seja ele objetivo ou subjetivo, por meio da relação que se dá na prática social e histórica da humanidade e que se generaliza pela linguagem.



difusão de idéias

Fundação Carlos Chagas • Difusão de Idéias • setembro/2007 • página 8

Complementando, Alda Mazzotti diz: “Para Moscovici, sujeito e objeto [do conhecimento] não são funcionalmente distinto, ele formam um conjunto indissociável. Isso quer dizer que um objeto não existe por si mesmo, mas apenas em relação a um sujeito [indivíduo ou grupo]; é a relação sujeito-objeto que determina o próprio objeto”.(MAZZOTTI, 2002)

A ruptura com a clássica dicotomia entre sujeito e objeto do conhecimento, que confere consistência epistemológica à teoria das Representações Sociais, leva-nos a concluir que o objeto pensado e falado é, portanto, fruto da atividade humana, ou seja, uma réplica interiorizada da ação.

Nesse sentido, concordamos com Alex Leontiev, quando afirma que “as representações sociais são comportamentos em miniatura” (LEONTIEV, 1978). Por esta razão atribuímos-lhe uma virtude preditiva, uma vez que, segundo o que um indivíduo diz, não apenas podemos inferir suas concepções de mundo, pensamentos, valores, sentimentos ou emoções, como também podemos deduzir sua orientação para a ação. Isso conduz à percepção das Representações Sociais como importantes indicadores que se refletem na prática cotidiana, tanto de professores quanto de alunos, sem contar com os demais profissionais envolvidos no exercício de suas competências, no âmbito da Psicologia Educacional.

A PESQUISA

O CONTEXTO

Os dados a serem apresentados e discutidos, neste trabalho, fazem parte de uma pesquisa mais ampla, para a qual foram contatados 80 jovens, de diferentes contextos sócio-econômicos, residentes na cidade de São Paulo, sendo: 20 provenientes de um Curso Profissionalizante noturno; 20 vinculados a atividades oferecidas por uma Organização Não Governamental, a EDUCAFRO, que se destinam a Afrodescendentes e Carentes; 20 provenientes de uma Escola Particular destinada a jovens de alto poder aquisitivo; e, 20 Universitários do 1º. ano do Curso de Pedagogia.

No entanto, cumpre esclarecer que neste espaço estaremos discutindo os resultados dos dados obtidos junto aos jovens (20 sujeitos) que são alunos de dois cursos profissionalizantes (Operador de Telemarketing e de Informática) oferecidos pela Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo. Os cursos oferecidos são ministrados em entidades comunitárias das cidades ou bairros das cidades envolvidas neste projeto do Go-



difusão de idéias

Fundação Carlos Chagas • Difusão de Idéias • setembro/2007 • página 9

verno do Estado de São Paulo. A Secretaria envolvida é a responsável por todo o curso, desde sua elaboração, planejamento, operacionalização, envio de professor e do material didático. Às entidades que oferecem o curso ficam responsáveis por disponibilizar o espaço físico e captar os alunos participantes. Os cursos têm duração de 30 dias e, ao seu final, fornece um certificado de conclusão. . Embora o curso tenha sido ministrado na sede da igreja, o mesmo foi oferecido para toda a comunidade independentemente de serem ou não membros da mesma.

OBJETIVOS GERAIS

Tendo sido os jovens escolhidos como objeto da presente investigação, e a teoria das Representações Sociais como embasamento, procuramos:

- 1- analisar suas características pessoais e as relações que estabelecem com a família, com a escola, com o lazer, com o trabalho, com a religião e com os novos modos de comunicação;
- 2- identificar, analisar e interpretar que Representações Sociais elaboram sobre a educação, a família, a sociedade, o trabalho, o sucesso e o fracasso e
- 3- identificar, analisar e interpretar que Representações Sociais expressam sobre suas expectativas em relação ao futuro e à vida adulta, levando em conta os requisitos necessários para um pleno desenvolvimento da cidadania.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

No que se refere ao trabalho, ora apresentado, iremos identificar, comentar, analisar e interpretar as Representações Sociais elaboradas sobre o Trabalho, por parte da sub-amostra selecionada.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Coleta de dados

Aos jovens alunos dos Cursos Profissionalizantes, foi aplicado um questionário “reflexivo”, composto de questões “fechadas” e questões “abertas”. No questionário, foi incluída uma atividade de Associação Livre. Para sua realização solicitou-se, aos sujeitos, que associassem três palavras, umas às outras, bem livremente. Para a associação foram propostas as seguintes palavras: Família, Educação, Trabalho, Sociedade, Sucesso e Fracasso.



difusão de idéias

Fundação Carlos Chagas • Difusão de Idéias • setembro/2007 • página 10

Análise dos dados

Os dados obtidos foram submetidos aos programas Alceste e Evoc e à Análise de Conteúdo.

RESULTADOS

Caracterização

Dos 20 sujeitos, objeto da presente análise, 16 (80%) são do sexo feminino, sendo que 9 (45%) concentram-se na faixa etária compreendida entre 16 e 18 anos e, em igual número, na faixa de 19-21 anos. Do total de participantes, 15 (75%) denunciam serem solteiros e, 5 (25%) casados.

Representações Sociais sobre o Trabalho

No que diz respeito às representações sociais sobre o trabalho, os respondentes parecem absorver todo o discurso ideológico que dissimula a realidade concreta e permanece no nível de sua idealização abstrata. Dentre eles, 58,70%, conceituaram o trabalho de uma forma intimamente relacionada, apenas, com a sobrevivência imediata e individualista. Ressaltando seu caráter utilitário, o define como “é a atividade remunerada que garante a sobrevivência do homem”, “o que fazemos para sobreviver”, “é uma forma de sustento para sobreviver em sociedade”.

Outros, (28,5%), sem deixar de reconhecer o aspecto imediatista e de sobrevivência, destacam valores, também, presentes no ideário liberal, mas acrescidos pelas concepções psicologizantes (e até religiosas). Assim, representam o trabalho como uma atividade “que dignifica o homem”, indispensável para seu desenvolvimento enquanto ser humano e requisito fundamental para sua realização pessoal, “trabalho é uma atividade e...eu acho torna a pessoa mais digna”; “trabalho é uma maneira de conseguir um bem financeiro e moral”; “quem trabalha tem crédito, é respeitado pelas pessoas”.

Aqueles que se afastam da compreensão do trabalho em seu sentido mais imediato e individualista (8,7%) demonstraram uma postura desenvolvimentista ao defini-lo como uma atividade “necessária ao progresso e desenvolvimento do País”; “é uma forma de tomar consciência de seu papel para com a sociedade”.

Ainda na vertente de uma representação menos individualista sobre o trabalho, é interessante perceber que 2,17% de nossos sujeitos afirmaram que o trabalho se restringe à atividade diária que possibilita “fazer amigos e interagir com as pessoas”.



difusão de idéias

Fundação Carlos Chagas • Difusão de Idéias • setembro/2007 • página 11

Também raros são os casos (2,3%) que demonstraram perceber- ainda que superficialmente- a exploração e a má remuneração “ é uma maneira de ganhar dinheiro para comprar as coisas, mas, que não garante a muitos sequer a sobrevivência”.

Essa última afirmação pressupõe o reconhecimento das, injustiças e das desigualdades existentes no mundo do trabalho. Neste caso, se omitirmos os determinantes estruturais dessas desigualdades, podemos ser levados a acreditar que as desigualdades sociais são naturais e que, portanto, devem ser aceitas como uma certa dose de fatalismo. O que, de uma certa forma, foi observado em nossa pesquisa, pois, continuando a explicitar suas representações sobre “o que seria necessário para conseguir um bom trabalho”, alguns dos jovens pesquisados, admitem que uns ganham mais do que outros “porque são mais bem dotados”, ou “porque tem mais capacidade”. Sabemos que nem sempre isto acontece se levarmos em conta a estrutura clientelista e de “apadrinhamento” que, muitas vezes, perpassam as relações de produção e as condições empregatícias.

O que não se observa, na fala dos jovens pesquisados, é a percepção de que o trabalho é uma atividade essencialmente humana que implica transformação e criação. Assim, da mesma forma que a atividade individual, mediante o trabalho, resulta em um produto, seja ele material, ou intelectual, as situações desiguais (estruturais e conjunturais) do mundo concreto, também são historicamente produzidas pelos homens e, portanto só podem ser superadas pelos próprios homens que as produziram.

As representações idealizadas e desvinculadas de uma compreensão, mais concreta, acerca da totalidade social e frente ao mundo do trabalho, nos levam a considerar o tríplice desafio com o qual nos deparamos quando a tarefa é rever o contexto educacional dos jovens brasileiros.

Evidentemente, é necessário preparar o jovem para compreender e enfrentar o mundo do trabalho, não apenas devido às dificuldades que estão a cada dia se apresentando, como também porque a maioria desses jovens já está inserida no mercado com um nível de qualificação e remuneração que deixam muito a desejar.

Concomitantemente, é importante prepará-los para apreender e captar as regras do modo de produção capitalista para que possam dele compartilhar, com sua força de trabalho, e poder desenvolver formas de cooperação junto aos trabalhadores.

Por outro lado, é preciso contribuir para o desenvolvimento da consciência crítica do estudante-trabalhador desvelando as forças contraditórias que estão em jogo no mundo da

difusão de idéias

Fundação Carlos Chagas • Difusão de Idéias • setembro/2007 • página 12

produção explicitando o conceito de trabalho do ponto de vista concreto, psicológico e social e levando-o à compreensão de seu próprio papel histórico.

Finalizando, diríamos que enquanto a escola não assumir para si a formação de jovens competentes, informados e conscientes, pouco estará colaborando para a necessária ruptura da alienação e da absorção acrítica de modelos criados em outras instâncias e inadequados à nossa realidade. Em suma, descolada dos gritantes problemas que nos afligem, provavelmente, estará incorporando propostas intimistas, alienadas e egocêntricas (que de descritivas passam a ser normativas) e com isso negligenciando a urgente luta contra as declaradas e injustas desigualdades com as quais convivemos. ✕

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAMARANO, A..A. et al. Transição para a vida adulta: novos ou velhos desafios? *Boletim Mercado de Trabalho: conjuntura e análise*, Rio de Janeiro: IPEA, n.21, 2003.
- CASAL, J. Elementos para un análisis sociológico de la transición a la vida adulta. *Políticas y Sociedad*, Madrid, n.1,1998.
- CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. Por um novo paradigma de fazer políticas públicas: políticas de/para/com juventudes. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, São Paulo, v.19, n.2, 2002.
- FRANCO, M. L. P. B. Representações sociais, ideologia e desenvolvimento da consciência, *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, v.34, n.121, p.169-186, jan./abr. 2004.
- _____. *Ensino médio: desafios e reflexões*. 2. ed. Campinas: Papirus, 2002.
- GONÇALVEZ, H. M. Juventude brasileira, entre a tradição e a modernidade. *Revista de Sociologia da USP, Tempo Social*, São Paulo, v.17, n.2, 2005.
- RUA, M das G. As Políticas públicas e a juventude dos anos 90. In: CNPq. *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília, 1998.
- SINGER, P. A Juventude como corte: uma geração em tempos de crise. In: INSTITUTO CIDADANIA, FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Retratos da juventude brasileira: análises de uma Pesquisa Nacional*, São Paulo, 2005.
- SPOSITO, M. P. Algumas reflexões sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: INSTITUTO CIDADANIA, FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Retratos da juventude brasileira: análises de uma Pesquisa Nacional*, São Paulo, 2005.